

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. *Deoclécio Lima de Siqueira*
(*depoimento, 1993*). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 42 p. dat.

DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA
(depoimento, 1993)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática
entrevistador(es): Gláucio Ary Dillon Soares; Maria Celina D'Araujo
levantamento de dados: Equipe
pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe
sumário: Priscila Riscado
conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias
copidesque: Leda Maria Marques Soares
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil
data: 11/06/1993
duração: 2h 5min
fitas cassete: 03
páginas: 41

Entrevista realizada no contexto do projeto "1964 e o regime militar", desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no período de 1992 e 1995. A pesquisa contou com a participação de Gláucio Ary Dillon Soares. A partir de 1997, passou a integrar o projeto "Brasil em transição: um balanço do final do século XX", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto resultou na publicação da trilogia "VISÕES do golpe: a memória militar sobre 1964" / Introdução e Organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994., "OS ANOS de chumbo: a memória militar sobre a repressão" / Introdução e organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. e "A VOLTA dos quartéis: a memória militar sobre a abertura" / Introdução e organização de Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araujo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, além do livro de depoimentos "ERNESTO Geisel" / Organizadores Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

temas: Ato Institucional, 5 (1968), Deoclécio Lima de Siqueira, Eduardo Gomes, Guerra Fria, Guerrilha Rural, Justiça Militar, Militares e Estado, Regime Militar, Regimes de Exceção, Superior Tribunal Militar

Sumário

Entrevista: 11.6.1993

Fita 1-A: Relato sobre as impressões e histórias sobre a Segunda Guerra Mundial e sua posição dentro da Aeronáutica naquele momento; curso realizado em Natal, em conjunto com a Marinha norte-americana chamado United States Brazilian Air Training Unit (USBATU), durante o qual assimilaram todo o conhecimento dos americanos.

Fita 1-B: Desnível da Aeronáutica brasileira com relação a outros países; a Segunda Guerra e a posição de alguns setores militares com relação aos países envolvidos, em especial a Alemanha e Itália; a posição do presidente Getúlio Vargas com relação à Segunda Guerra Mundial; relato sobre o golpe militar de 1964, envolvendo a análise do entrevistado sobre o episódio, sua patente na época e sua participação no golpe; exposição das mudanças ocorridas a partir da introdução do conceito de cidadão nas Forças Armadas; observações sobre o golpe de 1964, focando a "possível preparação" do golpe pelos militares e da interpretação dada pela sociedade ao golpe de 1964.

Fita 2-A: Divergências entre os diferentes grupos nas Forças Armadas sobre o tempo de duração do período militar; cassação de alguns militares da Aeronáutica que eram a favor de João Goulart; articulação entre as Forças Armadas para analisar a situação do país no período anterior ao golpe; relato sobre a inexistência de um plano de governo de longo prazo por parte dos militares após a tomada de poder; ligações do entrevistado com militares representantes da ala castelista, como Geisel e Castelo Branco, e as razões que levaram à formação dos grupos militares no período do golpe; grupos ("duros" e "castelistas") que compunham as Forças Armadas durante o período militar; opinião do entrevistado sobre a duração da ditadura militar.

Fita 2-B: Relato sobre a Guerra Fria e a influência que esta teria tido na "guerra suja" durante o período militar; análise dos motivos mais recorrentes dos ressentimentos em relação às Forças Armadas devido ao período da ditadura militar; breve comentário sobre o caso Parasar e a posição do brigadeiro Eduardo Gomes; funções do entrevistado no Superior Tribunal Militar (STM) e o papel desempenhado por este no período militar; relato sobre o Caso Riocentro; análise sobre o pensamento dos principais representantes da "linha dura" no período militar na Aeronáutica; comentários sobre os casos de tortura no país no período militar e a posição do Superior Tribunal Militar e da Anistia Internacional com relação ao tema; preocupação com uma possível volta dos militares ao poder e quais as atuais preocupações atuais dos militares; observações sobre Ferdinando Muniz, do CISA, e sobre os aviões de caça C-47.

Entrevista: 11.06.1993

M.A. - Brigadeiro, a gente poderia começar falando da guerra. O senhor já era oficial, quando começou a Segunda Guerra Mundial, e o senhor também, desde essa época, vai trabalhar junto com o brigadeiro Eduardo Gomes. Enfim, como é que o senhor sentiu as repercussões da guerra nas forças armadas brasileiras e na recém criada Aeronáutica?

D.S. - A Aeronáutica estava recém formada naquela época. Tinha pouco tempo de vida. Acabara de se constituir o Ministério da Aeronáutica, criado pelo presidente Getúlio Vargas, sob a orientação do ministro Salgado Filho, que era um civil com uma concepção política muito interessante. Era um homem culto. A Aeronáutica, nesse ponto, foi muito feliz com o seu primeiro ministro da Aeronáutica, dr. Salgado Filho.

Mas a sua pergunta foi como eu vi a guerra, o seu início, e o reflexo nas forças armadas brasileiras. A Segunda Guerra Mundial já vinha sendo prevista antes de ela se desdobrar, evidentemente, com aquele problema do nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália, regimes extremamente fortes. Eu era tenente e servia no Exército...

M.A. - O senhor era capitão-aviador, não é?

D.S. - Não. Era tenente-aviador. Fui promovido a capitão já no Ministério da Aeronáutica. Sentíamos no começo, ainda no Exército, uma influência muito grande da França, seu sistema e sua doutrina. Na Marinha, predominava mais a influência inglesa e norte-americana. O Ministério da Aeronáutica foi formado por essas duas correntes de pensamento. No início da guerra, em 1940, foi criado o Ministério da Aeronáutica¹. Logo no começo deste ministério, mudou-se um pouco essa orientação. Depois da Revolução de 1930, já havia um desligamento da orientação francesa no Exército; sentíamos isso claramente. Na década de 1930, houve uma tendência a se evoluir para o lado americano e inglês. Tanto é que, logo em 1940, uma comissão norte-americana de aviadores veio aqui, quatro ou cinco elementos com uma certa experiência de aviação militar, e nos propiciaram uns cursos de certa importância. Um deles, por exemplo, do qual me lembro, foi de vôo por instrumento. Naquele tempo, esse vôo por instrumento era muito misterioso, dada a falta de meios adequados na época. Essa comissão nos propiciou os primeiros

¹ O entrevistado enganou-se. O Ministério da Aeronáutica foi criado em janeiro de 1941.

conhecimentos desse tipo de vôo. Foram então os primeiros aviões americanos que recebemos aqui, os famosos aviões North American T-6, de um motor. Lembro-me que esse curso foi dado no Campo dos Afonsos e diversos grupos de oficiais o realizaram. Foi o primeiro passo no sentido de uma evolução. Nessa época, início da década de 1940, nós já estávamos, então, um pouco mais ligados aos norte-americanos. Nesta altura o Brasil se envolveu na Segunda Guerra Mundial. Não só por influência desses tradicionais aliados, e dos franceses e dos ingleses, mas sobretudo porque a campanha submarina alemã seguiu uma estratégia muito interessante. Usavam, como elemento fundamental do êxito, a surpresa. Por isto começaram atuando lá no norte, contra a Inglaterra. Depois, buscando a surpresa, vieram descendo pela costa da França, no Atlântico, passaram por este oceano e acabaram chegando nas costas dos Estados Unidos. Os primeiros ataques dos submarinos do Eixo na costa brasileira não eram de alemães, mas, sim, de italianos. Depois que os submarinos do Eixo esgotaram a surpresa nas costas americanas, começaram a se deslocar para o sul. Os primeiros foram os italianos, segundo uma estratégia que usavam muito: os italianos não faziam grandes ataques, vinham explorar a situação na frente. Assim, eles desceram pela costa americana, passaram pelo Caribe e acabaram entrando na costa brasileira, onde começaram a atacar os nossos navios que participavam do abastecimento dos Aliados através da América ou diretamente. Essa é a verdade. Os nossos navios iam até Natal, na costa do Rio Grande do Norte, e dali, uns iam para a Europa e outros, a maior parte, para a costa americana. Esses ataques dos submarinos do Eixo no nosso litoral aumentaram as preocupações com o problema da guerra. O primeiro ataque foi em 22 de maio de 1942², ao norte de Fortaleza, realizado por um submarino italiano, o *Barbarigo*. O navio, o *Comandante Lira*, não afundou, mas sofreu avarias no ataque, recolhendo-se ao porto de Fortaleza. O submarino pertencia a um grupo de quatro, os primeiros que vieram para a costa brasileira. No Nordeste ainda realizaram outros ataques, sem maiores danos. Nesse tempo, já tínhamos em Fortaleza um grupo de aviões destinado à adaptação em aviões modernos. Utilizava, basicamente, o avião B-25, pertencente ao Exército norte-americano, destinado a operações contra alvos na superfície terrestre. Há uma explicação para isso. Os americanos foram, em parte, surpreendidos com os ataques submarinos do Eixo. Reagiram como puderam, utilizando até aviões de aeroclube. Tinham tão poucos aviões para tal, que lançaram mão de aviões do Exército, os B-25, para tais operações,

² O primeiro ataque do submarino italiano *Barbarigo* ao navio brasileiro *Comandante Lira* foi em 18 de maio de 1942. No dia 22 de maio ocorreu o primeiro ataque de um B-25 brasileiro ao mesmo submarino *Barbarigo*, como o entrevistado explica mais adiante.

especialmente em proteção aos comboios do norte da Europa vindos da Inglaterra. A Marinha dispunha dos famosos Catalina, os PBY, mas ela estava toda empenhada no Pacífico, com o japonês. Por tudo isto, foi com um B-25 nosso primeiro ataque contra um submarino italiano, justo aquele que tinha atacado o primeiro navio brasileiro no norte.

G.S. - Brigadeiro, em 1942, os submarinos ainda só podiam fazer ataques de superfície, não é?

D.S. - Não, faziam ataques submersos também.

G.S. - Já faziam submersos?

D.S. - Já. Faziam submersos, pelo periscópio. Tinham que freqüentemente vir à tona para poder recarregar as baterias, pois dispunham de pouca autonomia quando submersos. Geralmente, durante o dia, ficavam submersos e, à noite, permaneciam na superfície para recarregar as baterias. Por isto muitos foram pegos de madrugada, quando acabavam de recarregar as baterias. O primeiro ataque feito pelo nosso pessoal da Aeronáutica, foi bem cedo, às sete e pouco da manhã, ao norte de Fortaleza no dia 22 de maio de 1942. Por isto esta data, 22 de maio, é o Dia da Patrulha na Força Aérea Brasileira. Mas esse ataque ao norte de Fortaleza foi o que marcou a entrada do Brasil na guerra. Muita gente ignora detalhes disso tudo. Nós ainda não tínhamos entrado no conflito, mas atacamos esse submarino. Parece um ato provocativo, mas, coincidentemente, este era o que havia atacado o nosso navio *Comandante Lira*. Em consequência desse ataque, o ministro Salgado Filho, entrevistado pelos jornalistas, disse: “Realmente atacamos um submarino do Eixo (ou submarino alemão, porque naquele tempo só se falava nos submarinos alemães). E atacaremos tantos outros que aparecerem.” Essas declarações do ministro podem parecer, à primeira vista, uma provocação, mas elas têm o suporte da realidade de então. Havia uma dúvida sobre águas territoriais naquele tempo, se eram de três, 12 ou duzentas milhas. O *Comandante Lira*, que era do Lloyd, realmente estava a umas 50 e poucas milhas da costa, num tempo em que o Brasil estava preocupado com a idéia das duzentas milhas por motivo de segurança, pois já havíamos perdido alguns navios na costa dos EUA. A situação em nossas costas era, portanto, de sombria expectativa.

Às vezes, a história esquece-se de certos pormenores importantes. Aqui no litoral brasileiro morreram muito mais brasileiros do que na Europa na Segunda Guerra Mundial.

Nos campos de batalha de lá ficaram uns quatrocentos, aqui, nos navios afundados, mais de mil.

Voltando ao ministro Salgado Filho, deve-se considerar sua entrevista como um valente protesto. Ela está registrada nas memórias do almirante Dönitz, o famoso comandante dos submarinos da Marinha alemã. Hitler soube do fato. Como os jornais só falavam em submarino alemão, a notícia saiu como sendo de um deles. Hitler ficou zangado e ordenou que se preparassem dez submarinos para vir ao Brasil a fim de fazer um ataque em massa aos portos brasileiros; isso teria sido uma tragédia para nós, pois estávamos muito despreparados. Para um submarino, já seria uma dificuldade, imagine se dez de uma só vez. Felizmente os embaixadores alemães no Brasil e parece que na Argentina souberam da idéia e interferiram muito junto ao governo alemão porque, alegavam, havia aqui uma corrente muito grande simpática ao nazismo, o que não é mentira, porque naquele tempo havia uma certa corrente simpática aos nazistas. Assim, Hitler se deixou levar pelos argumentos dizendo: “Está bem, vamos suspender a operação. Um submarino só vai lá e faz um ataque em represália às palavras do ministro.” Veio, então, o famoso submarino alemão – o U-507 – que fez o ataque nas costas de Sergipe, botando a pique os navios *Baependi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*. Depois, mais ao sul, nas costas da Bahia, no dia seguinte, afundou os navios *Itagiba* e *Arará*, além da barcaça *Jacira*.

G.S. - O *Baependi*...

D.S. - Só no *Baependi* mais de trezentos brasileiros morreram. Esse ataque, começado nas costas de Alagoas³, desencadeou para nós a Segunda Guerra Mundial, pois, em consequência dele, foi declarada guerra à Alemanha. Na época desse ataque, como tenente, eu servia em Recife, com o brigadeiro Eduardo Gomes. Comandava o Exército daquela área o marechal Mascarenhas de Moraes, com sede em Fortaleza. Desejou sobrevoar a área. Recebi ordem para apanhá-lo em Fortaleza e ir ao local dos primeiros ataques. Tudo na madrugada daquela noite. Fui à Fortaleza, onde o marechal embarcou e ainda pela manhã chegamos à área dos acontecimentos. A visão do local era trágica. Havia muitos destroços em cima d'água. Via-se tudo: colchões, móveis, até corpos, muita gente chegando na praia, etc... Foi um espetáculo dantesco. Depois pousamos em Aracaju, pois

³ O navio *Baependi* foi torpedeado e afundado na costa de Sergipe no dia 15 de agosto de 1942.

o acontecimento deu-se próximo da capital. Encontramos o povo incendiando tudo que fosse de alemães. Essas injustiças ocorreram nestas horas porque talvez eles não tivessem culpa. Tudo isso deu origem à nossa entrada na guerra. A Aeronáutica estava presente no Nordeste, sob o comando do grande líder Eduardo Gomes, pois ali era o ponto focal do movimento dos submarinos do Eixo, que tinham uma estratégia. Porque ali, via Natal, passava todo o tráfego de navios do sul, uma parte indo para a América, a outra, para a Europa. Era, portanto, um ponto muito focal de navegação marítima atraindo os submarinos. Depois, aos poucos, foram descendo para o sul. Nessa época, houve um período de grande preocupação, quando os alemães, se vencessem no norte da África, poderiam ameaçar as Américas através do Nordeste brasileiro. O general alemão Rommel, no norte da África, estava conquistando praticamente tudo. A situação ficou muito séria. Tudo isto levava o ministro Salgado Filho a mandar o brigadeiro Eduardo para o Nordeste, embora, nessa época, o brigadeiro já tivesse se desligado muito do presidente Getúlio. Este desligamento vinha desde 1937, quando o presidente Getúlio deu o golpe para a implantação do chamado Estado Novo. Lembro-me ainda que, na época, o brigadeiro ficara extremamente magoado, pois tinha razões, até mesmo de ordem pessoal, visto ser muito amigo de Armando de Sales Oliveira, candidato a presidente da República pelo estado de São Paulo. E Eduardo Gomes, que combatera a revolução de São Paulo, em 1932, tinha um respeito todo especial pelo que fosse daquele estado. Naturalmente, os vitoriosos devem ter cometido muitas injustiças, como acontece nessas horas e ele, que se mantinha sempre distante de tudo que fosse vendetas, tinha um especial carinho por São Paulo. Creio firmemente que estas razões contribuíram, em parte, para que ele se comprometesse muito com Armando de Sales Oliveira, que se aconselhava muito com ele sobre problemas na área militar – tanto que na véspera do presidente Getúlio ter dado o golpe, Armando Sales telefonou para o brigadeiro Eduardo perguntando sobre a existência de um movimento suspeito que já era do conhecimento de alguns. Nesse tempo eu estava na Escola Militar completando o curso. Na antevéspera do ato do presidente Getúlio, o comandante da Escola, general Paquet, nos reuniu no auditório para dizer que ia haver o movimento. Lembro-me bem disto.

M.A. - Na véspera?

D.S. - Na véspera ou antevéspera. Tanto é que não fomos surpreendidos. O candidato Armando Sales já devia ter sabido também. Perguntou ao Brigadeiro, que se informou

com determinadas pessoas ligadas ao poder. Os perguntados de nada sabiam, ou negavam por saberem da posição do Brigadeiro. Isto ele nunca perdoou. Foi totalmente surpreendido, o que o colocou numa posição muito difícil junto a Armando Sales. Nunca perdoaria o presidente Getúlio, com quem vinha desde o movimento de 1930. Salgado Filho, que colocava o Brasil acima dessas coisas, sentindo que a situação no Norte era muito séria, convocou-o. E ele também não se negou a colaborar, o que fez com toda a lealdade.

O que se sentia no Nordeste era que a ameaça do alemão vindo do norte da África complicava muito a situação. Tanto é que toda a área entrou na fase do *blackout*, ou seja, todas as luzes externas apagadas. Houve *blackout* até aqui no Rio de Janeiro. Tudo como consequência daquela ameaça vinda do norte da África. Depois que Rommel foi vencido, as coisas melhoraram por aqui. Em 1943, a guerra de submarino ainda foi bastante ativa, mas em 1944, diminuiu muito. No começo de 1943 nós já tínhamos recebido equipamentos mais modernos dos norte-americanos. A Marinha daquele país já tinha vindo e convivía conosco lá nas bases do Nordeste, onde fez grandes instalações. Junto ao brigadeiro Eduardo havia dois comandantes dos EUA que foram básicos no nosso relacionamento. Um era o general Walsh, comandante do Air Transport Command, do Exército, sediado em Natal. Era um fervoroso católico, como o era o brigadeiro Eduardo. Tornaram-se amigos e se entendiam muito. O outro era o almirante Ingram, sediado em Recife. Acho que não era católico, mas tinha um temperamento aberto, muito leal, muito simples, com quem o brigadeiro se dava muito bem, apesar de ser um homem de tipo completamente diferente de Eduardo Gomes. Eu, que convivía um pouco próximo do brigadeiro Eduardo nessa época, em Recife, sentia que esses três homens foram fundamentais no bom relacionamento entre as forças que agiram no Norte e no Nordeste: a Marinha americana, o Exército americano, a Marinha brasileira, o Exército brasileiro e a nossa força aérea. O almirante Ingram era um chefe prático e decidido. Logo no começo, quando se estabeleceram na base de Recife, nós já estávamos lá e pudemos observar que aos sábados e domingos os marinheiros da U.S. Navy iam para a praia da Boa Viagem, a caminho da cidade, e lá começavam a beber, provocando muitas desordens. Eu tinha uma espécie de ordenança que trabalhava comigo, chamado Adão. Era camarada boníssimo, uma grande figura. Numa segunda-feira, ao chegar cedo na base, vejo o Adão com a mão toda enfaixada e lhe pergunto: "O que é que houve, rapaz?" Ele respondeu: "Nada, senhor, isso foi uma aposta com um marinheiro americano." E perguntei: "Que aposta idiota que acabou dando nisso?" Ele: "Nós começamos a beber num bar e, lá pelas tantas, apostamos

que se um bebesse um copo de cacos de vidro, o outro devia ultrapassar uma parede com um soco. O marinheiro bebeu o copo de vidro, a mim cabia, então, tentar ultrapassar a parede com um soco, por isto estou assim." Os dois foram para o hospital e se recuperaram. Por estas e outras, o Ingram determinou que aos sábados e domingos ninguém podia sair da base, onde o pessoal norte-americano podia beber à vontade. A guarda, naturalmente, era reforçada nos portões da base e, logicamente, sem bebida. Esta solução funcionou tão bem, que nos dois anos seguintes de permanência desse pessoal em Recife não houve mais problemas como o ocorrido com o soldado Adão.

M.A. - Então, esse contato com os americanos foi muito importante para as forças armadas brasileiras, no seu modo de ver?

D.S. - Acho que foram. Embora a gama de meios do norte-americano seja tão grande, e a nossa, por outro lado, tão pequena, às vezes ponho em dúvida esta afirmativa. Não seria melhor para nós a antiga inspiração francesa de menos recursos e mais engenhosidade, mais capacidade de criar? Na minha convivência com os americanos no Nordeste e mesmo depois, na própria América e em outros setores, desenvolvi por eles uma grande admiração. É um povo simples e de visão mais espiritual da vida... Refiro-me ao verdadeiro povo, porque nos iludimos muito com o americano. A América é o interior, é aquela vida de família, de religião, de compreensão, etc... Às vezes dá preocupação essa capacidade muito elevada de desenvolver a tecnologia, o que aumenta a distância que os separa do resto do mundo. Mas a convivência com eles não foi má. Para a Aeronáutica, no meu entender, houve um fato de repercussões para o futuro, cujas conseqüências têm sacrificado a Aeronáutica Militar, embora seja favorável a outros segmentos da sociedade. Refiro-me às inúmeras instalações que as forças dos EUA deixaram no Norte e Nordeste. De repente, passamos de uma situação em que dispúnhamos de apenas alguns campos na área, para uma outra, acrescida do enorme acervo de instalações deixadas pelos norte-americanos. Ora, isso provocou na Aeronáutica, ou na força militar, um pouco de distorção, no sentido de se preocupar muito com a infra-estrutura em detrimento da própria força como um todo. Na força aérea, por exemplo, para manter todas essas bases recebidas, como as de Belém, São Luís do Maranhão, Fortaleza, Natal, Recife, Bahia, verdadeiras pequenas cidades.

[FINAL DA FITA 1-A]

Deoclécio Lima de Siqueira

D.S. - (...) Houve muita distorção de recursos que seriam melhor aplicados em equipamento aéreo. Por outro lado, as bases contribuíram muito para o desenvolvimento e progresso daquelas áreas.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.A. - Em 1943, o senhor fez um curso.

D.S. - Em fins de 1943, fizemos um curso em Natal, com a Marinha norte-americana, chamado USBATU (United States Brazilian Air Training Unit). Nele assimilamos toda a experiência dos americanos. O chefe desse curso foi o famoso comandante Davis, naquele tempo capitão-de-fragata, que mais tarde, como almirante, foi chefe de operações da Marinha dos EUA. Era muito preparado, e foi quem concebeu o novo avião Ventura para a guerra anti-submarina. Quando esse avião ficou pronto, lá nos Estados Unidos, ele foi chamado e fez o vôo inaugural, da América até a Austrália. O avião tinha uma autonomia muito grande para a época. Tratava-se de um PV-5 (apelidado mais tarde de *Turtle* – Tartaruga), em seqüência aos primeiros PVs (Patrol Ventura – esta uma localidade da periferia de Los Angeles onde a Lockheed tinha uma de suas fábricas). Esse curso foi muito bom para a aviação brasileira, pois ele mudou um pouco a nossa mentalidade. Aprendemos a importância da padronização como elemento básico para se poder planejar bem, assim como a técnica mais moderna de uma operação militar, etc. Esse curso marcou época na aviação, sobretudo na de aviões mais pesados, porque após o término da guerra o pessoal que trabalhava no Nordeste, já com novas idéias do curso, veio para o Correio Nacional, que tinha acabado de receber aviões mais atualizados, o famoso Douglas C-47, que nós tínhamos ido buscar na América.

G.S. - C-47 é a versão militar do DC-3.

D.S. - Exatamente. Foram trazidos dos EUA por elementos da FAB. Eu, por exemplo, trouxe o primeiro que chegou ao Brasil, o 2009, que hoje está até no museu. O interessante é que o pessoal formado pelo USBATU e cursos semelhantes, com o término da guerra, veio para o Correio, e deu um avanço enorme ao transporte aéreo militar no Brasil. Trouxeram nova mentalidade e nova técnica de planejamento, o que melhorou muito a

operação. Foi um passo muito grande. Foram dois os setores que nos trouxeram lucros da guerra: a Patrulha Aérea no Nordeste e o Grupo de Caça que operou na Itália. Com eles aprendemos padronização, operações mais modernas, maneiras de operar mais atualizadas, etc. Essas duas atividades revolucionaram toda a parte operacional da Força Aérea Brasileira. E vou lhe dizer, com certa preocupação, é o que temos até hoje. Agora, com a Guerra do Golfo, tudo mudou. Os ensinamentos da Segunda Guerra Mundial estão enterrados, acabaram. Hoje, a técnica operacional militar aérea, da aviação, é completamente diferente.

M.A. - Então, nesse sentido, a Aeronáutica brasileira está bem desnivelada.

D.S. - Ela precisa se atualizar nessa parte de operações, embora muitos estudiosos preconizem que a Guerra do Golfo trouxe o que há de supra-sumo da técnica aliada a conceitos operacionais. E são para aviações ultramodernas, militares. Agora, nós teremos responsabilidades semelhantes à Guerra do Golfo no Brasil? Aí é que é o problema. Ou talvez a nossa segurança ainda dependa desses meios clássicos que vieram da Segunda Guerra Mundial? É um problema de política, nem é de estratégia, já é de política de segurança mais elevada, etc...

G.S. - Geopolítica.

D.S. - Geopolítica. Horizontes mais elevados. Porque a situação do mundo mudou, e com ela, evoluiu completamente a estratégia militar mundial. Hoje só há conflitos locais.

G.S. - Brigadeiro, nós estamos a par, pelo menos, dos vizinhos, ou nós estamos abaixo?

D.S. - Não, quanto aos vizinhos, nós estamos iguais. Não há dúvida. Porque eles também não evoluíram em nada, exatamente porque é muito difícil essa evolução como foi feita na Guerra do Golfo, é uma coisa fabulosa.

G.S. - Muito cara também.

D.S. - Caríssima. Estupidamente cara. É impressionante. Os equipamentos empregados, primeiro, são inacessíveis no momento. Mesmo que o fossem, o custo seria fantástico. É

coisa que extrapola. O mundo mudou e hoje as preocupações são regionalizadas. Tenho a impressão que, para isso, estamos preparados. Fora deste quadro, não podemos nos descuidar da parte do estudo, do conhecimento. É fundamental que as nossas forças militares estudem em profundidade a Guerra do Golfo. Não para executá-la, mas para estar a par de como se pode evoluir rapidamente para uma situação diferente. Mas, dentro desse conceito de estratégia em que tudo é regional, pelo menos o mundo está se mantendo assim até agora, nós não estamos mal.

G.S. - Brigadeiro, voltando um pouquinho para a Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha começou com os seus grandes êxitos, a tomada da França em 18 dias, uma coisa assim, eu me lembro de estudo, eu era criança na época, houve uma repercussão positiva em alguns setores no Brasil. Não só essas minorias alemãs, mas alguns setores militares ficaram meio entusiasmados com aquilo. E havia uma corrente, digamos, germanófila. O que é que aconteceu com essa corrente quando os italianos e alemães começaram a torpedear os nossos navios?

D.S. - Não, essas correntes, no meu entender, tiveram grandeza o bastante para compreender e não atrapalharam não. Elas se colocaram, o Brasil caminhou como um todo, no sentido de apoiar os Aliados.

G.S. - Não rachou.

D.S. - Não, não rachou. Embora houvesse, no começo, um certo perigo. Por exemplo, quando os alemães começaram com aquela famosa *Blitzkrieg* na Alemanha, a coisa empolgou muita gente. Eu me lembro que no 1º Regimento de Aviação, onde servia, aqui no Campo dos Afonsos, havia uma corrente que vinha do integralismo (nazismo, em versão nossa, com Plínio Salgado) e alguns oficiais, integralistas, seguiam aquela corrente. Mas com a guerra, eles se enquadraram direitinho e não houve problema algum. Lembrou-me muito bem que tínhamos no regimento um coronel que era um contador de casos, e nós o admirávamos muito. Mas ele era germanófilo. Então, a turma o provocava, de propósito, para ele defender a Alemanha. Tudo era na gozação, o que se queria era que ele apresentasse os argumentos, o que fazia com um brilhantismo extraordinário. Mas ele nunca se opôs, nem nunca participou de alguma medida contrária. Pelo contrário, na aviação havia unanimidade. No Exército havia alguns simpatizantes da Alemanha, porque

alguns dos seus integrantes haviam freqüentado cursos na Alemanha, no tempo do nazismo, e isso influenciou um pouco. Na Marinha acho que não, porque a Marinha, muito ligada aos ingleses, não sofreu tanta influência como o Exército. Mas, faça-se justiça, seus simpatizantes nunca interferiram em nada e cumpriram com bravura as missões que lhes couberam.

G.S. - Brigadeiro, a impressão que temos é de que o Getúlio ficou em cima do muro para ver de que lado a coisa ia, para não entrar no lado errado.

D.S. - Ele era um político extremamente hábil. Isso não se pode negar a ele. Manobrou num lado e noutro, até quando pôde. Só decidiu mesmo entrar quando não havia mais jeito, em consequência dos ataques feitos nas costas de Sergipe quando, aproximadamente, quinhentos brasileiros perderam a vida.

Na época surgiu a idéia de que os norte-americanos teriam sido os autores dos torpedeamentos para levar o Brasil à guerra. Tudo pura conversa fiada. Tenho a impressão que era trabalho da 5ª Coluna, ou seja, tarefa do pessoal simpatizante dos alemães. Hoje tudo está provado. O próprio almirante Dönitz, o grande chefe alemão, confessa em suas memórias a autoria daqueles ataques.

Já que vocês querem evoluir para o pensamento depois da guerra, o grande problema que surgiu no mundo, e nós brasileiros não nos apercebemos muito dele, foi a chamada Guerra Fria. Esta foi desencadeada pela Rússia, através da III Internacional, com muita inteligência. Nós, às vezes, subestimamos o comunismo. Ele tinha gente inteligente e muito capaz. Sentiram claramente que, pela força, como já haviam tentado na Espanha e no Brasil em 1935, não conseguiriam avançar com a idéia de universalização da sua doutrina, condição prevista por Lênin para a sobrevivência das suas idéias. A tentativa de 1935, no Brasil, foi muito desfavorável para os comunistas. Pelo que custou, não perdôo o Prestes. Embora saiba que ele tenha sido uma grande inteligência, não sei o que houve com ele, pois precipitou um acontecimento no Brasil para o qual não havia condições de sucesso. Foi um desastre. No Norte e aqui no Rio. Nos Afonsos, por exemplo, o brigadeiro Eduardo, só com sua presença liquidou com a tentativa. Esta inépcia de certos líderes comunistas levou a União Soviética, depois da Segunda Guerra Mundial, a mudar um pouco a estratégia. Primeiro conquistar as mentes para depois então tentar a mudança. Essa foi a grande estratégia que redundou na famosa Guerra Fria. Guerra esta que não afetou o Brasil diretamente porque o conflito era mais acentuado entre URSS e EUA. Mas refletiu

aqui no Brasil também. E esta foi a causa fundamental de 1964. Lamento que esta causa aos poucos esteja sendo esquecida, mesmo pelas lideranças militares de hoje. O movimento de 1964 esgotou-se porque se prolongou demais. O começo, com Castelo Branco, nada mais foi do que uma ação anticomunismo, o qual estava se desenvolvendo no Brasil com uma aceleração muito perigosa. Tinha-se que pôr paradeiro naquilo porque senão acabaríamos entrando na órbita comunista. Numa situação muito difícil, até mesmo sob o aspecto geográfico, Cuba foi sustentada pela Rússia esse tempo todo. Mas o problema era menor. Como a Rússia iria sustentar o Brasil? Nossa posição ficaria muito difícil. 1964 foi mais uma consequência da Guerra Fria. Ninguém se iluda. Não foi nada de conquistar poder, nada disso. A Guerra Fria aqui no Brasil foi buscar, sobretudo nas áreas subalternas das forças armadas, um campo para a sua ação. Até certo ponto havia lógica nesse caminho. Começaram os pronunciamentos para todos os lados. Em Brasília houve o problema seriíssimo da chamada “revolução dos sargentos” envolvendo pessoal da Marinha e da Aeronáutica. No Rio, o movimento dos marinheiros ocupando o Sindicato dos Metalúrgicos foi outro acontecimento sombrio. Havia indícios de que a situação poderia se agravar. O presidente João Goulart, que não era um comunista, foi se deixando envolver. Ou se partia para um 1964 ou se caía num pandemônio. Vivia-se um episódio periférico da Guerra Fria, hoje conhecida pelos historiadores mundiais como um período do após Segunda Guerra Mundial. Começou na Turquia, depois na Grécia, e por todo o mundo. Era o comunismo, dentro da sua teoria, querendo tirar vantagem da posição que tinha conquistado na guerra.

G.S. - Quer dizer, o senhor então vê 1964 no contexto da Guerra Fria, basicamente, como um movimento anticomunista, cujo estopim, digamos assim, teriam sido as revoltas dos sargentos e dos marinheiros.

D.S. - A revolta dos sargentos foi um episódio que assustou muito. A dos marinheiros aqui e a que houve no Automóvel Clube, com a participação do presidente foram outras que alarmaram. O que assustava era a presença, o envolvimento das altas autoridades naquele quadro geral de subversão.

G.S. - A quebra da hierarquia.

D.S. - Sim, a quebra da hierarquia. E mais pelo seguinte: sabia-se perfeitamente que a maioria dos sargentos não era comunista. Eles eram manipulados. É impressionante. A técnica soviética era muito interessante, muito bem executada. Como o nazismo quando andou por aqui, eles não brincavam. Tinham o seu núcleo onde se planejava a ação. O Partido Comunista manipulava certas frentes. Tinham certas ligações, tudo muito reservadamente, não apareciam. Quem aparecia eram os sargentos, eram os cabos, era a associação disso, daquilo, etc... Trabalhavam a massa para depois dar o golpe. Isto era evidente. Existem documentos que falam disso. Por todas essas razões, 1964 foi tipicamente um episódio da Guerra Fria. Foi a contrapartida de uma ofensiva comunista na Guerra Fria então em marcha.

G.S. - Em 1964, qual era a sua patente?

D.S. - Era coronel, chefe do Departamento de Ensino da Escola de Estado-Maior.

M.A. - O senhor conspirou contra o governo então.

D.S. - Não, não conspirei. Alertava às claras. Não conspirava. Tenho aqui uma publicação em que se transcreve uma palestra minha realizada para os alunos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – ECEMAR – no início de 1964, onde digo: "Os assuntos dessa conferência (isso foi no começo dos cursos de 1964, ainda não tinha havido a revolução) constituem uma síntese das idéias que nortearam a Escola de Comando do Estado-Maior no trato, em 1963, do problema da guerra revolucionária. Elas têm servido de subsídio para a elaboração pelo estado-maior da Aeronáutica da doutrina de emprego da FAB na segurança interna." Mais adiante, referindo-me à Guerra Fria, dizia eu: "Esse tipo de guerra foi estudado e analisado pelos fundadores do comunismo, que praticamente a incorporaram como idéia básica de sua doutrina. Isto se deve a Friedrich Engels, nascido em Barmen, na Alemanha, em 1820, filho de um industrial alemão, amigo incondicional de Karl Marx, com quem colaborou por mais de 40 anos. Dedicou-se à análise da arte militar e tanto nela se aprofundou que os amigos o chamavam afetuosamente de "general". Com a ajuda de Marx, estudou a guerra dentro da filosofia comunista e foi buscar em Clausewitz, que considerava o melhor no assunto, o aspecto ideológico das mesmas, e sua classificação em guerras de conquista e de libertação."

O problema ideológico nas guerras é mais recente. Antigamente as populações não tomavam parte. Eram os príncipes e seus exércitos que lutavam. A partir de Napoleão, começou a surgir a figura do cidadão soldado e, em conseqüência, as populações foram se envolvendo. Clausewitz, que a tudo observava, criou o conceito de guerras de libertação e guerras imperialistas (ou de conquista), conceitos estes muito do agrado do comunismo para a sua estratégia de universalização do sistema. Mas tudo isso está aqui nesta publicação. Se o senhor quiser, pode tirar um xerox. Acho que este é o único exemplar. Pelo menos, nos meus guardados é o único.

G.S. - Nós lhe devolvemos isso. Brigadeiro, um parênteses. Com a introdução do conceito de cidadão soldado, os efetivos em confronto devem ter aumentado muito, não é?

D.S. - Naquela época aumentou barbaramente, o que acabou resultando no massacre da Primeira Guerra Mundial e, em parte, no da Segunda Guerra, conseqüência do cidadão soldado surgido na Revolução Francesa. Hoje, porém, esta situação está mudando com a predominância da técnica nas guerras. A Guerra do Golfo foi decidida com pouca perda de pessoal, se comparada com os conflitos acima. O problema de massa parece ter acabado. Hoje o importante é a qualidade do homem. Isso, sob certos aspectos, devia ter repercussão na estrutura militar brasileira. Mas as nossas forças armadas, sobretudo o Exército, propiciam às nossas massas menos favorecidas do interior do Brasil, através do serviço militar obrigatório, um certo grau de educação e até mesmo de apoio moral. Muitos entram para o quartel e de lá saem com uma profissão. Talvez isto retarde no Brasil uma solução mais racional, um conceito mais técnico, pois a dependência dessas populações é muito grande. Eu fui chefe do estado-maior da Aeronáutica. Quis mudar o sistema de bases aéreas, porque conhecia muito bem o problema. Dispomos de bases aéreas enormes no Brasil, que vieram da Segunda Guerra Mundial. Bases com capacidade para apoiar 50, 60 aviões e que têm cinco ou seis aviões. Anápolis, por exemplo, foi feita para apoiar cem aviões. Apóia 18. Então, há uma desproporção, uma grande capacidade ociosa. Pois bem, como chefe do estado-maior, imaginei criar as bases tipo A e bases tipo B, uma idéia mais evoluída. O que é base tipo A? Se é uma base completa para apoiar cem aviões, deve ter esse número de aviões. Base tipo B é a chamada base nua. Ela não tem nada. Apenas o campo de aviação, pontos de água, etc. Num caso de necessidade, ela pode se transformar numa base normal recebendo instalações móveis, como barracas, depósitos, etc. Em 24 horas se arma uma base dessas, num lugar onde tenha ponto de água, energia, campo, etc.

Pois bem, a idéia não vingou. O ministro aprovou, o ato foi publicado, mas a reação foi de tal ordem que julgou-se prudente retroceder.

M.A. - Reação de quem?

D.S. - Da população militar que vive nessas bases. Fez-se um inquérito. O comandante do Comando Geral do Ar fez uma pesquisa. As respostas aos quesitos apresentados são de entristecer. As razões apresentadas contra a idéia, em geral, eram de caráter pessoal: um a mulher era professora na cidade; outro tinha os filhos em colégio; outro dependia de ajuda da família, e assim por diante. Em resumo, tudo ligado a um nível reduzido de recursos materiais e a uma visão empobrecida por deficiência de educação.

G.S. - Extramilitares.

D.S. - Extramilitares. Não aceitaram. Problemas dessa ordem impediram que se encontrasse uma solução razoável para o problema. Então, hoje, essas bases são grandes aeroportos, com muita capacidade, mas sem material aéreo. Em termos de força aérea, uma infra-estrutura de gigantismo anormal.

G.S. - Brigadeiro, voltando ao que estávamos falando antes, da parte, digamos, conspiratória de 1964, de preparação, como é que o senhor vê 1964? O senhor vê mais como uma conspiração bem organizada, ou foram pólos conspiratórios que não tinham muito entrosamento um com o outro?

[FINAL DA FITA 1-B]

D.S. - Eu não acredito que tenha havido uma organização para 1964. Mas houve a criação de uma consciência da necessidade de se fazer alguma coisa para evitar que um mal maior acontecesse.

G.S. - Esse mal maior seria uma comunização do país.

D.S. - Imagina se o Brasil tivesse se comunizado naquela época. O senhor já imaginou, hoje, como estaríamos? Em que dificuldade, nesse mundo onde o comunismo acabou.

Deoclécio Lima de Siqueira

Estávamos como Cuba, com os problemas de Cuba, certamente. Houve a criação de uma consciência. Recordo-me que estava na Escola quando fui convidado para participar do movimento chamado tripartites. Eram reuniões que tínhamos aqui na Barra, em São Conrado, com a Igreja católica, os empresários e os militares. O que se discutia não era fazer revolução, mas, sim, a gravidade da situação que estava se complicando. Nessa época fui a São Paulo, como chefe do Departamento de Ensino da ECEMAR, para visitar, com os alunos, certas indústrias. Fazia parte do curso. Estava eu num hotel, isso em 1963, quando, depois de um jantar, parado na porta de entrada, fui abordado por um senhor bem aparentado, de uma cidade do interior, que me disse: "Eu tenho uma fazenda em Jaú e soube que o senhor está comandando esse pessoal militar aqui hospedado. O senhor está bem a par da situação aqui por São Paulo?" Disse-lhe: "Não, sei apenas que há muita preocupação com a situação." Ele retrucou: "Não senhor! Nós estamos é nos armando." O homem estava bravo, e continuou: "Estou lhe dizendo isso porque sei que o senhor é chefe deles, queria alertar. Eu tenho na minha fazenda depósito de armamentos." Fiquei impressionado. Conversamos muito mais sobre a situação. Era um cidadão comum revoltado. Havia um clima de inquietação e formava-se uma consciência em torno da necessidade de se fazer algo. O senhor vê que as reações não existiram. As reações previstas pelo general que era chefe da Casa Militar do Jango, que aliás era um militar capaz e inteligente...

M.A. - Assis Brasil.

D.S. - Assis Brasil. Ele contava como certo que a situação estava tranqüila. E não estava. Desmoronou como um castelo de areia. O problema de Brasília e outros em certos quartéis, principalmente na Aeronáutica, demonstravam insatisfação. Percebia-se que a coisa era meio manipulada. Não era razoável. Em Brasília muitos não sabiam por que estavam agindo. E também havia muita presença do Partido Comunista. Aquelas suas bandeiras presentes nos acontecimentos alarmavam, sobretudo porque em outros países da Europa já se tinha visto que estes eram os métodos usados por eles para a tomada do poder. Acho que os comunistas acabaram perdendo porque se precipitaram. Como aquele problema de Cuba. Quando mandaram aqueles mísseis para lá, cometeram um erro elementar. Queriam ameaçar os Estados Unidos com meia dúzia de mísseis? Podiam ter mandado para qualquer lugar, menos para lá. Uma decisão sem pé nem cabeça. Ali

começou a decisão do confronto. Começou o declínio da Guerra Fria. A partir de então, a URSS foi dando para trás até conhecer o final.

G.S. - Puxou uma briga que não podia ganhar.

D.S. - Uma briga sem razão de ser. Eles estavam indo bem. A coisa estava indo até bem na Guerra Fria deles. Estava dando certo, não é, nesses países menos desenvolvidos. Mas ali eles deram um passo em falso. O americano encrespou e eles recuaram porque, na verdade, não tinham base para agüentar. No Brasil, o que hoje dói um pouco, é que é injusta a interpretação que se dá à Revolução de 1964.

G.S. - A que interpretação o senhor se refere?

D.S. - Essa interpretação de agora. Por ela, o movimento de 1964 foi apenas ambição pelo poder e prática de torturas. Não é verdade. 1964 foi um movimento para se antepor à avançada do comunismo e representa um capítulo da Guerra Fria que estava comprometendo as instituições, sobretudo as militares. Sentia-se isto claramente dentro dos quartéis. Agora, pode-se alegar que demorou muito, que a vigência de um poder mais forte foi muito longa. Isto é outro problema a ser analisado. O que foi feito era necessário. Senão a nossa situação hoje estaria muito difícil.

M.A. - O senhor vai para o gabinete do Eduardo Gomes no governo Castelo Branco. E o Castelo Branco, ao que se sabe, não pensava um governo militar de tão longa duração. O senhor mesmo está dizendo que aquilo era uma intervenção que tinha um outro objetivo. Por que é que ficou tanto tempo então?

D.S. - Castelo Branco queria passar o governo para um civil dentro de um tempo reduzido. Isto é fato histórico. Tenho certeza absoluta disto pois, nessa altura, eu era chefe de gabinete do ministro Eduardo Gomes. O presidente não conseguiu seu intento porque uma corrente do Exército fez uma força tremenda para que o presidente Costa e Silva fosse o sucessor dele. Faltaram ao presidente Castelo Branco condições para conter essa corrente. Foi uma derrota política que ele sofreu. E muito séria. Ali, entrou o presidente Costa e Silva, que por sério problema de saúde não foi até o fim. Talvez, se pudesse ter governado

por mais tempo com sua força e disposição, pudesse realizar o que o Castelo tinha sonhado.

G.S. - Brigadeiro, nas conversas que nós temos tido com oficiais do Exército, eles falam que nesse momento, as coisas mudam. Nesse momento, 1964, 1965, 1966, havia duas alas dentro do Exército muito fortes: a ala castelista, que queria terminar a revolução através de eleições, dando o poder a um civil, e a ala costista, que alguns interpretam que não era nem ele, o Costa e Silva, mas homens por detrás dele que estavam querendo um regime de maior duração.

D.S. - Isso é verdade.

G.S. - E mais duro. Essa divisão que havia no Exército, havia na Aeronáutica também?

D.S. - Não. Ela foi mais caracterizada dentro do Exército. Na Aeronáutica não era tão forte. O que havia era a ala que sofreu com o golpe de 1964. Como este foi contra o Jango, forte aliado de Getúlio Vargas, muita gente que vinha da ala getulista, como Nero Moura por exemplo, que inegavelmente foi um grande líder, haveria de sofrer certas discriminações injustas. A maioria da Aeronáutica seguia o Eduardo Gomes. E este seguia Castelo Branco. Mas os fatos não ocorreram como essa ala desejava, isto é, passagem do governo para um civil, devidamente eleito.

G.S. - Agora, brigadeiro, essa parte da oficialidade da Aeronáutica que tinha sido, em certo sentido, leal ao Jango porque vinha desde o Getúlio, alguns, o que é que aconteceu com ela? Eles foram cassados? Ou simplesmente foram preteridos em promoções, foram colocados em postos irrelevantes?

D.S. - O senhor há de compreender que nestas horas, há a exaltação dos vencedores a provocar o sofrimento dos vencidos. Houve algumas cassações, que por sinal, já foram reparadas. Na Aeronáutica, voltou-se a uma convivência pacífica. Muitos não eram da esquerda, esta é que se chegou a eles. Tudo é o problema da Guerra Fria, causa de muitas injustiças. Esta guerra tem esta característica de envolver o centro na direção dos extremos, fazendo com que todos sofram suas conseqüências. Isto ocorre porque a situação não é clara, muito menos transparente. É uma guerra sórdida. Nós vivemos aquele período e

tenho amargas recordações. É uma guerra de subterfúgios, de maldade, de fingimentos, de mentiras, etc... Não é limpa. É a pior de todas. Mas é a guerra que o nosso Engels, baseado em Clausewitz, defende como instrumento contra o imperialismo. Felizmente ela terminou, mas deixou métodos para lutas futuras, para as quais ainda não se tinha atentado. A situação na Bósnia é um exemplo.

M.A. - O senhor se articulava com o pessoal do Exército durante a conspiração? Embora o senhor tenha dito que não tenha conspirado muito, mas o senhor estava...

D.S. - Nós não conspirávamos. Nesses encontros tripartites analisávamos a gravidade da situação.

G.S.- Trocavam idéias.

D.S. - É. Trocávamos idéias. Havia um convencimento. Sob certos aspectos, aplicava-se a teoria de Engels no sentido inverso. Houve a criação de uma consciência. Mas não houve conspiração, coordenação, avaliação de forças, planejamento, etc, nada disso. Na Aeronáutica havia uma preocupação muito grande porque já tinha havido os problemas de Recife, de Brasília, do Rio. A Aeronáutica foi muito envolvida. Nas bases, de uma maneira geral, havia muita ebulição. Tenho a impressão que a Aeronáutica sofreu muito com os acontecimentos porque muitos dos elementos atingidos por 1964 eram pessoas de prestígio. Hoje, felizmente, com as reparações, voltaram ao convívio feliz dos ânimos pacificados.

G.S. - Agora, há a revolução, se obtém o poder. Havia plano, plano de governo, um projeto para o Brasil, ou era só evitar a tomada do comunismo?

D.S. - Não. Só o problema do comunismo. Só o problema da Guerra Fria.

G.S. - Não havia um projeto: queremos fazer o Brasil assim ou assado.

D.S. - Não. A prova que não havia é que o senhor viu como foi. O Castelo foi quase surpreendido. Adotou providências estudadas na última hora. O Congresso continuou, não foi fechado.

G.S. - E o Brigadeiro comentava esses planos de curto prazo, de chegar, dizer: “Bom, vamos resolver o problema e sair”, ele comentava isso com o senhor?

D.S. - É. O Brigadeiro era um homem muito prático. Não era de grandes planos, mas era um homem de momento, de decisão. Naturalmente, orientado para o bem ou para o que lhe parecia ser o bem. Era de muita atuação imediata. Muito firme e muito ponderado.

M.A. - E como ministro, ele tinha que opinar sobre as cassações, aquelas primeiras cassações do presidente Castelo, o fechamento dos partidos políticos, como é que...?

D.S.- Tenho a impressão que ele deve ter participado das grandes decisões.

M.A. - O senhor não era consultado.

D.S. - Não, não era consultado.

G.S. - Porque tinha que ter a assinatura de todos os ministros.

D.S. - Creio que para reforçar a força do ato.

G.S. - O chefe da Casa Militar é que era o secretário "ex-offício".

D.S. - Sim. Agora estou me lembrando. Vez ou outra ele aparecia com os processos. O Eduardo assinava. Em geral, acompanhava o presidente Castelo.

M.A. - De onde vem essa ligação do Brigadeiro com o presidente Castelo?

D.S. - Com o Castelo Branco...?

M.A. - Da guerra, será?

D.S. - Não. Na guerra, o Brigadeiro teve mais ligações com o general Mascarenhas de Moraes que era o comandante da Região Militar do Nordeste⁴. O Castelo mandou buscar o Eduardo em Araxá, onde se recuperava de uma operação. Foi o próprio presidente Castelo Branco que se lembrou dele para ocupar a pasta da Aeronáutica. O antecessor, o brigadeiro Márcio, não quis continuar por causa daquele problema de aviação com a Marinha. Então o presidente lembrou-se dele. Acho que antes não havia uma ligação mais direta entre os dois.

M.A. - Porque eu tenho uma curiosidade a seu respeito. Eu vejo o senhor ligado ao Eduardo Gomes, ligado ao Castelo e ao Geisel...

D.S. - É. Ao presidente Geisel nem tanto. O presidente Geisel era chefe da Casa Militar do Castelo, na época em que eu era chefe de gabinete do ministro Eduardo. Por aí tivemos certas ligações. Mas depois, o presidente Geisel foi para o Superior Tribunal Militar.

M.A. - Mas o senhor vai bem depois.

D.S. - Bem depois dele. Mas naquela época, as ligações que eu tive com o presidente Geisel foram essas de chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica. Depois não tive mais, não.

M.A. - Porque eu tenho uma certa curiosidade de ver como é que se formam certos grupos dentro das forças armadas. Muitas vezes é porque servem juntos, às vezes é por amizade pessoal, às vezes, eu acho que é pensamento mesmo.

D.S. - Comunhão de pensamento, comunhão de idéias.

M.A. - Comunhão de idéias. Quer dizer, o senhor é o típico que a gente chamaria... O senhor foi uma pessoa que serviu com o Castelo e depois com o presidente Geisel, quer dizer, em termos de...

⁴ João Batista Mascarenhas de Moraes foi comandante da 7ª Região Militar, em Recife, de 1940 a 1943.

D.S. - Com o presidente Geisel exerci a chefia do estado-maior da Aeronáutica e, depois, fui para o Tribunal, mandado por ele. Naturalmente nos conhecíamos.

G.S. - Eram contatos mais formais. Profissionais. Não eram contatos de amizade.

D.S. - Mais formais.

M.A. - O senhor não se julgava uma pessoa da linha Sorbonne, por exemplo, da linha mais moderada do Exército. O senhor não fazia essa distinção. No fundo, eu estou fazendo essa distinção.

D.S. - Não, eu sei. Mas eu era mais nessa tendência para a linha da Sorbonne.

G.S. - Teve ligações com o Golberi?

D.S. - Não com o Golberi, mas com o Otávio Costa, o Meira Matos, etc.

M.A. - O senhor era muito ligado ao Meira Matos?

D.S. - Ao Meira Matos. Porque quando eu era da Escola, da ECEMAR, o Meira Matos dava aula lá e eu chefiava o Departamento de Ensino. Tinha, portanto, muito contato com ele. Ele morava na Urca e, às vezes, eu passava por lá para levá-lo. Então, tivemos muito contato.

M.A. - E como é que aconteceu a sua nomeação para o Supremo Tribunal? O presidente Geisel o convidou?

D.S. - Supremo, não. Superior Tribunal Militar. Eu vou lhe contar. Houve uma vaga lá...

M.A. - Porque o senhor vai num momento difícil. É 1977.

D.S. - Quando fui para lá, completara quatro anos como tenente-brigadeiro, tempo máximo de permanência no posto. O ministro Araripe convidou-me para a função, o que aceitei com muito prazer. Tinha 61 anos de idade e a ida para o Tribunal me permitia continuar

trabalhando até os 70 anos numa função dignificante. Um ano antes, já havia sido convidado para o Tribunal, mas Eduardo Gomes, quando soube, fez muito alarde dizendo que eu devia esperar um pouco. Até hoje ignoro por que ele fez tanta onda. Foi ao ministro e este suspendeu a minha nomeação, a pedido dele.

G.S. - Postergou.

D.S. - Postergou. Coincidiu que depois completei o tempo como tenente-brigadeiro.

G.S. - Agora, brigadeiro, o senhor então teria maior comunhão de interesses com a ala castelista, com o Otávio, o Meira Matos, etc.

D.S. - Essa era a minha linha.

G.S. - No Exército, havia uma ala dura, do Portela, do Milton Tavares e vários outros. Quem seriam os duros na Aeronáutica? A gente fala muito do Burnier.

D.S. - Bom, na Aeronáutica, foi o Burnier, acompanhando o brigadeiro Márcio, que foi ministro, e a ala dele. Desta ala participavam o brigadeiro Sousa e Silva, que foi chefe de gabinete do brigadeiro Márcio, o brigadeiro Lebre, que comandava a Escola da Aeronáutica, o brigadeiro Coqueiro e outros oficiais, todos de muito valor e de grande firmeza na defesa dos seus pontos de vista.

G.S. - Até hoje.

D.S. - Até hoje. [risos] Mas era mais pelo brigadeiro Márcio, um homem de aparência calma e controlada, porém de convicções muito firmes. Havia sido integralista.

G.S. - Márcio também?

D.S. - Também.

G.S. - O Mourão também.

D.S. - Não sabia.

M.A. - Agora, tinha uma competição, dentro dessa linha mais dura, da Aeronáutica com o Exército, não tinha? Porque o Exército tinha uma liderança maior dentro do governo militar. E tinha uma competição forte da Aeronáutica, não é?

D.S. - Havia uma certa emulação ou coisa parecida. Um pouco irracional, porque a Aeronáutica era, inegavelmente, muito menor do que o Exército, com muito menos presença política na nação. O Exército tem os quartéis espalhados pelo Brasil inteiro, nos estados, no interior. Há uma presença maior dele, geográfica e politicamente, no Brasil. Esta é uma pergunta que, às vezes, me faço. Até quando os militares serão necessários à nacionalidade brasileira, em termos políticos, em termos de integração nacional? O Exército teve também uma presença muito grande na integração nacional. Depois, a Aeronáutica, com aquele empreendimento do Correio Aéreo, do qual eu participei muito, ajudou bastante. Eu ainda sou do tempo que não havia estradas no Brasil. Mesmo no litoral. No começo da guerra, não dispúnhamos de ligações terrestres pelo nosso litoral. Tudo trafegava de navio ou de avião. Por isso o estrago que os submarinos fizeram foi fatal para o Brasil na época. Às vezes me pergunto se os nossos políticos teriam tido visão e condições para garantir a integridade nacional sem o concurso das forças armadas. Ou será que nesse sentido o Brasil ainda vai precisar um pouco da presença do seu Exército, da sua Aeronáutica e também de sua Marinha? Uma pergunta de difícil resposta. Às vezes me pergunto porque o presidente Castelo acabou com a liderança militar no Brasil. Castelo era, inegavelmente, um homem, primeiro, de uma inteligência extraordinária, uma cultura considerável e um idealismo a toda prova, e achou que era chegada a hora de tirar os militares da política no Brasil, fato que ocorria desde o Império. A própria República contou com a presença política dos militares. Um ato simples dele. Limitou a permanência dos oficiais generais na ativa. Isso acabou com a liderança prolongada no meio militar, estendendo-se no campo civil. O nosso brigadeiro Eduardo Gomes, que foi um grande líder, permaneceu por mais de 20 anos como oficial general...

G.S. - Cordeiro de Farias, Juarez Távora.

D.S. - Todos eles. Os grandes líderes militares ficaram todo esse tempo. Hoje o limite é de 12 anos. Eu o cumpri totalmente. Fiquei quatro anos como brigadeiro, quatro como major-brigadeiro, quatro como tenente-brigadeiro.

M.A. - Mas o senhor acha isso positivo?

D.S. - Compreendendo a visão do presidente Castelo, só tenho uma dúvida: se não teria sido um pouco cedo. Mas só o futuro poderá responder. Evidentemente, o Brasil não podia continuar eternamente militarizado, vivendo à custa de lideranças militares. Seria prejudicial para o país. Mas não sei se foi cedo demais.

G.S. - Brigadeiro, uma outra pergunta a respeito da qual nós temos recebido opiniões muito diferentes, é quando a revolução deveria ter terminado... Qual é a sua opinião a respeito, brigadeiro?

D.S. - Ah, essa é uma pergunta muito interessante. A minha opinião é que ela devia ter terminado no começo do governo Médici.

M.A. - No começo?

D.S. - É. No meio, mais ou menos, do governo. Quando vivemos um período de euforia. Quando se partiu, inclusive, para a Transamazônica, aqueles sonhos todos. Ali era a hora de ter parado.

G.S. - Por que naquela hora?

D.S. - Porque o Brasil estava bem, estava eufórico. Então, aproveitava ali uma passagem para o meio civil. Não se ficaria com esse ressentimento dos militares, nada disso. Tudo isso acabaria bem. Houve um período, do meio para o fim, no qual a intervenção militar desgastou-se muito, refletindo nas corporações militares, o que tem sido prejudicial.

M.A. - Pois é. Mas também, o que os outros militares nos disseram é que não dava para sair com o Médici porque a guerra subversiva não estava sob controle. Era um momento de prosperidade, de euforia, mas era necessário limpar de vez a questão da subversão.

D.S. - O Médici foi na década dos 1970.

M.A. - Foi 1974. Eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre essa questão da chamada “guerra suja”.

D.S. - É. A Guerra Fria.

M.A. - Não. Eu estou falando da guerra da subversão aqui dentro.

D.S. - Essa é consequência da Guerra Fria. Esta começou a declinar em 1972, com o episódio dos mísseis para Cuba⁵, impugnados pelos EUA com o consequente recuo da URSS. Como no Brasil a repercussão desses fatos tem retardo, a subversão continuou por mais alguns anos, mas já não tinha a mesma força.

[FINAL DA FITA 2-A]

D.S. - Os próprios historiadores mundiais são unânimes em dizer que o marco do declínio da Guerra Fria foi o episódio de Cuba, em 1972⁶. A guerra começou a declinar dali. Ainda levou mais uns anos, até o final da década de 1970, quando se extinguiu. A URSS, em termos de Guerra Fria, não existia mais.

G.S. - Em 1974, sobe o Geisel. 1979, sobe o Figueiredo.

M.A. - Tinha a guerrilha do Araguaia, durante o governo Médici. Tinha a guerrilha urbana e tinha a guerrilha do Araguaia.

D.S. - Tudo isto é verdade. A senhora vê como tudo está ligado à Guerra Fria. Talvez esses fatos a que a senhora se refere tenham contribuído para a não saída do Médici naquela época, realimentando, com isto, um prolongamento da Guerra Fria no Brasil, sem nenhuma razão de ser.

⁵ O entrevistado confundiu-se. O episódio da “Crise dos Mísseis” em Cuba ocorreu em 1962.

⁶ Ver nota 5.

M.A. - O senhor nunca participou de uma operação de segurança interna? O senhor estava muito ligado à Escola.

D.S. - Não, a única participação minha foi naquele problema do Lamarca. Não foi participação, porque não participamos diretamente, mas convivi com o problema lá em Salvador. Eu comandava o Comando Costeiro quando tudo aconteceu.

G.S. - Na 6ª Região Militar?

D.S. - Na 6ª Região Militar, cujo comando é em Salvador e foi o responsável pelo cerco àquele capitão do Exército.

G.S. - O Lamarca.

D.S. - O Lamarca. A participação da Aeronáutica limitou-se a alguns helicópteros que vieram do sul. Assim, diretamente não participei de nada.

G.S. - Brigadeiro, o senhor falou que teria sido melhor terminar antes por causa dos ressentimentos. Quais seriam, na sua opinião, as causas dos ressentimentos em relação às forças armadas devido ao período militar? Quais são as principais, na sua análise?

D.S. - Na minha análise, primeiro, a gente sente que há um medo, em certas correntes, de que os militares possam voltar. Então, por isso, há uma preocupação em tamponar tudo que seja de origem militar. Há aquela esquerda comprometida, daquele tempo, que ficou. Na repressão ela sofreu, às vezes, traumas sérios. Ficaram contra os militares. De modo que se somou uma série de interesses prejudicados, ideologicamente e sob o ponto de vista político. Não entendo bem porque se criou essa animosidade geral contra as forças armadas no Brasil. Houve também o interesse de reparo dos excessos cometidos. Pessoas que desapareceram, famílias que hoje querem receber ressarcimento, os advogados procurando causas para ganhar dinheiro, etc. O Estado tem que pagar tudo. Por isto acho que estendeu muito o período autoritário. Todo regime excepcional tem o seu custo. Tem que ter, pois é a relegação do direito que fica postergado. Como aumentou demais o tempo, o custo ficou muito grande. E está repercutindo contra as forças armadas que, na sua maioria, pouco se envolveu com o problema. Foi um período político do país.

G.S. - Brigadeiro, o senhor acha que a legislação de exceção, particularmente o AI-5, que foi uma legislação muito dura, que no entender de muitos cortou a cidadania brasileira... O senhor acha que ela era necessária, ou os mesmo resultados poderiam ter sido conseguidos sem ela, particularmente, o AI-5?

D.S. - Talvez pudesse ter sido um pouco mais brando o AI-5. Mas, em princípio, foi necessário. Porque a repressão tinha que ter certos meios. É como um estado de guerra. O estado de guerra é um estado de exceção. Aí é que eu acho que nessa parte o Brasil não quer se convencer que vivíamos uma Guerra Fria. Uma guerra. Seqüestravam embaixadores, matavam pessoas. Morreram muitos. Jogaram uma bomba na comitiva do Costa e Silva, lá em Recife, sacrificando pessoas injustamente. Vivia-se uma guerra. Dentro dela, o lado que tinha o controle da legislação, do direito, viu-se obrigado a impor limites para evitar males maiores. Agora, a dosagem desses limites é muito difícil. Por isto acho que tudo está relacionado com a duração. Um regime de exceção não pode se prolongar...

G.S. - Não pode durar 21 anos.

D.S. - Não pode. É demais. Provoca distorções que vão redundar em prejuízos, como agora acontece.

M.A. - Agora, de toda forma, a Aeronáutica tinha o brigadeiro Eduardo Gomes, que era uma autoridade moral e que não permitiu que a Aeronáutica participasse de certos excessos. O caso Parasar, por exemplo, isso chegou a aborrecer o senhor?

D.S. - Não, com o Parasar, não. Não, porque o Parasar foi depois do brigadeiro Eduardo como ministro. Ele já tinha saído de ministro.

M.A. - Sim, mas mesmo não sendo ministro, ele tinha uma autoridade moral muito grande na Aeronáutica, não é?

D.S. - Muito grande. Ah, muito.

M.A. - E no caso Parasar, ele atuou muito.

G.S. - Para parar, não é?

D.S. - Para parar. Ele se insurgiu...

M.A. - Aquilo era uma loucura, não é?

D.S. - Uma loucura.

G.S. - Eu me lembro de uma declaração muito forte dele. Algo no sentido de que alguns excessos não eram compatíveis com os níveis moral e ético da Aeronáutica, que ele não tinha criado a Aeronáutica para isso.

D.S. - É. Ele era intransigente. Era um baluarte. Porque o brigadeiro Eduardo era, sinceramente, um democrata. Acreditava na democracia, nos princípios democráticos, como acreditava na religião que praticava, a religião católica. De modo que todo ato que passasse da ética ele era contra. Radicalmente. Por isso na história do Parasar ele investiu com muita violência. Rompeu com o ministro Márcio. Fez uma onda terrível. Não admitia a tortura. Uma vez perguntei a ele: "Brigadeiro, por que o senhor é tão contra a tortura?" [risos] Disse-me: "Porque o homem foi feito à imagem de Deus e, por isto, não pode ser atingido em sua dignidade." Veja só a concepção dele. Fundamentada em princípios religiosos muito fortes. Era contra a tortura porque, indiretamente, ela atingia a Deus. E ele não deixava de estar certo.

G.S. - Agora, brigadeiro, o STM teve uma função bastante relevante no sentido de redimensionar aquilo que inchava, digamos, os níveis mais baixos da Justiça Militar. Como é que o senhor viu a função do STM, os pepinos, os abacaxis que chegavam lá para o senhor?

D.S. - Não, eu os vi, no início, até com certa surpresa. Mas depois, com muita compreensão. Isso tudo que nós estamos conversando. Porque o STM tem a propriedade de provocar mudanças nas pessoas. Conheci no STM um brigadeiro Gabriel Grün Moss

muito diferente do exaltado linha dura. Quando eu pensava em ir para lá, encontrei-o no Tribunal. Era um dos maiores defensores do direito. Contra a tortura, contra as violências.

G.S. - O mesmo homem.

D.S. - É. O mesmo homem. Depois, fui para lá. Senti o porquê de tudo. Na convivência com o direito, no que ele tem de mais profundo, com essas bases filosóficas, como a do brigadeiro Eduardo, o homem se transforma. Hoje, muita gente diz que o tribunal podia desaparecer. É preciso se tomar cuidado. A nossa sociedade é compartimentada pelo corporativismo. Então, às vezes penso comigo: imagina se os militares não tivessem um tribunal que cuidasse da justiça militar? Grande parte dos crimes militares seria escondida da justiça comum. Esta é a tendência do corporativismo. Então, a Justiça Militar é uma necessidade. Porque é uma maneira de se fazer o direito presente num universo que, sem ter um tribunal dessa ordem, pode se degenerar.

G.S. - Tem o monopólio da força.

D.S. - O monopólio da força. O perigo é esse. E por que é que eu digo isso? Porque, no Tribunal, fui, surpreendentemente, constatar que o Tribunal Militar no Brasil cancelou todas as penas de morte que foram decretadas nas primeiras instâncias, durante o regime de exceção de 20 anos. Muitas penas de morte. Nenhuma delas o Tribunal aceitou. Todas foram transformadas em prisão perpétua. Depois, em 30 anos. Todos estão soltos por aí. Quer dizer, o Tribunal evitou que pudesse se consumir certas injustiças sérias naquele período. Então acho que, sob esse aspecto, o Tribunal é um órgão de mediação, de equilíbrio, onde essa visão do direito amaina um pouco todos esses atos que podiam ser legais, mas não seriam justos.

G.S. - O senhor chegou a conviver com o Grün Moss dentro do STM?

D.S. - Não. Quando entrei, ele já tinha saído. Saído há pouco tempo.

G.S. - Ele morreu quando?

D.S. - Morreu há uns cinco anos.

G.S. - Essa é uma observação interessante, de como as pessoas mudam, numa função diferente daquela que tinham antes.

D.S. - É. Tem a oportunidade de analisar os problemas sob prismas diferentes.

M.A. - O senhor foi colega também do general Reinaldo.

D.S. - Fui. Ele foi do meu tempo.

M.A. - Como é que foi o caso do Riocentro? Deu muito trabalho para o senhor?

D.S. - Deu porque me alinhei naquela ala contra a decisão que o Tribunal tomou. Eu, o Bierrenbach, ministro Godinho e o ministro Anderson, da Marinha. Nós achávamos que o inquérito devia ser aprofundado, não precisava arquivá-lo como o tribunal resolveu.

M.A. - E o Reinaldo teve uma atuação importante para arquivar, não é?

D.S.- Muito importante.

M.A. - Por quê?

D.S. - Creio que ele representava o pensamento do Exército. Este estava muito preocupado com o problema porque achava que o inquérito indo até o fim, certos assuntos de caráter sigiloso poderiam ser divulgados. No entanto, os próprios sacrificados foram do Exército, inclusive o suboficial que morreu. Talvez tenha havido alguma ordem, até mesmo mal interpretada, que tenha levado aqueles companheiros para o local. O fato é que houve muito interesse em que o processo não se prolongasse.

G.S. - Porque a impressão que nós, do lado de fora, temos a respeito daquele incidente é de que a imagem do Exército ficou muito mais pisoteada com um inquérito muito mal feito, aquele do Job, não é...

D.S. - É. Na realidade o inquérito foi fraco. A nossa opinião também era essa.

G.S. - Do que se tivesse cavucado, aberto, visse e pronto.

D.S. - É. O importante era deslindar certos pontos que lançaram muita dúvida para o futuro. E o Tribunal se curvou. Isso é que foi pior.

M.A. - Pois é. Quando o senhor fala...

G.S. - Eram quantos?

D.S. - Eram 15. São uns 15 lá.

G.S. - Foram quatro votos dissidentes.

D.S. - Quatro ou cinco. Meu, do Bierrenbach, Godinho, do Anderson... Não me recordo se houve mais um. Foram quatro ou cinco.

M.A. - Porque quando o senhor falava há pouco que a sociedade tem uma opinião desfavorável aos militares, eu acho que, em algumas coisas, fizeram por onde. Eu acho que o caso do Riocentro é um caso muito... Que é um caso de impunidade, não é? Uma instituição que usou seus valores corporativos para ficar impune.

D.S. - É. Agora, na raiz de tudo está a extensão do tempo em que houve a intervenção. Os militares não estão preparados para dirigir um país por muito tempo. Essa direção exige formação política, compreensão, e uma série de outros requisitos.

G.S. - Brigadeiro, o senhor tinha contato ou teve contato com o pessoal da linha dura dentro da Aeronáutica para saber o que é que estava na cabeça deles? Porque, no Exército, a gente já entendeu bastante bem qual era o projeto da linha dura. Mas na Aeronáutica, quais seriam as principais preocupações, as principais diretrizes? Em outros termos, o que é que faz a linha dura? O Grün Moss, o Burnier...

D.S. - O Márcio. Hoje, tudo isto acabou. Mas naquela época, era a exaltação do problema da Guerra Fria.

G.S. - Sempre o anticomunismo.

D.S. - É. Aquele anticomunismo exaltado. Sabe, em todas as correntes de opinião há os exaltados, os que se exacerbam. Isso é inevitável, tanto de um lado como do outro. Eram homens até equilibrados. O Moss, por exemplo, se revelou um grande ministro.

G.S. - No Exército, parte razoável, não toda, da linha dura estava muito associado aos DOI⁷, que eram o braço operacional do CODI⁸, do E-2⁹, não é? Na Aeronáutica, o CISA¹⁰ era conhecido por ser mais duro ou menos duro?

D.S. - É. Mas não tinha o mesmo espírito do DOI. Falava-se no CISA com certa preocupação. Mas não havia tanta exaltação. Na Aeronáutica sempre houve a influência de Eduardo Gomes. O espírito esquerdista, digamos assim, de compreensão.

G.S. - O Burnier esteve associado com o CISA também?

D.S. - Isso eu não posso lhe dizer. Mas quando ele era do gabinete do ministro, provavelmente esteve.

G.S. - Estive imaginando se o Burnier falaria com a gente.

D.S. - Acho que seria bom. Embora ele continue extremado, muitas de suas idéias são válidas e, por isto, devem ficar registradas para a história.

G.S. - Deu uma entrevista aí com o Jô Soares, não foi? Meio explosiva. [risos]

D.S. - É aquele o jeito dele.

G.S. - Ele tem um grupo aí junto com o Coelho Neto, uma sociedade de defesa da democracia, uma coisa assim. Mas parece que ele está meio cego, não é?

⁷ DOI – Departamento de Operações Internas.

⁸ CODI – Centro de Operações de Defesa Interna.

⁹ E-2 – Serviço Secreto do Exército.

¹⁰ CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

D.S. - Parece que sim. Mas ele continua exaltado. Hoje um pouco mais controlado.

M.A. - E general, quando o senhor estava no Tribunal, o senhor deve ter recebido muitas denúncias, muitas intervenções em relação à violação dos direitos humanos no Brasil. A Anistia Internacional controlando aqui. Isso acontecia mesmo?

D.S. - Não, não era tanto assim. Havia muita intervenção através dos advogados dos réus. Mas através dessas organizações, não. Sentia-se que havia muita confiança no tribunal. De uma maneira geral, suas decisões eram bem aceitas. Talvez porque ele tenha dado um exemplo de ponderação quando suspendeu todas as penas de morte. Mostrou que não tinha "parti pris". E não tinha mesmo. Homens como o brigadeiro Moss iam para lá e mudavam.

G.S. - Eu estava pensando, o STM teve uma função muito moderada, legalista, digamos assim. Que recursos tinha o STM quando o processo estava obviamente viciado, quando tinha tortura, quando era... mal instruído. O que é que podia fazer?

D.S. - Ele arquivava ou restituía à primeira instância para instruir bem o processo, de acordo com as normas. É o que me lembro.

M.A. - Isso demorava muito tempo, não é?

D.S. - Ah, isso demorava.

G.S. - Porque nós entrevistamos também o pessoal da esquerda, e uma das constantes nessas entrevistas é que quando o processo legal era constituído, tudo mudava. Mudava para melhor. No sentido de que aí o arbítrio diminuía tremendamente. E quando chegava ao STM, que o STM era bastante mais condescendente e muito mais ligado à lei do que as instâncias inferiores. Sobretudo do que o pessoal dos IPM, vamos dizer assim.

D.S. - É. Porque os IPM são dirigidos por pessoas com pouco conhecimento jurídico.

G.S. - O senhor tinha jeito, por exemplo, de dar puxão de orelha em gente lá embaixo da fila que estivesse torturando, machucando gente? O STM tinha jeito de repreender?

D.S. - Não. Podia-se mandar abrir inquérito, se houvesse algo errado. Mandava-se abrir inquérito ou devolvia-se o processo. O código, nesse ponto, é abrangente.

G.S. - Há algum lugar onde se possam encontrar estatísticas, por exemplo, do número de processos, quantos redundavam, foram mandados arquivar pelo STM, em quantos houve redução de pena, em quantos houve manutenção de pena, etc.?

D.S. - Tenho a impressão que só mesmo no tribunal.

G.S. - Não são estatísticas publicadas anualmente.

D.S. - Não. Acho que não. Mas se o tribunal for acionado, não se nega a fornecê-los.

G.S. - Brigadeiro, nós já entrevistamos muita gente do SNI, do DOI, do CIE¹¹, então, temos uma idéia bem boa de como funcionava, do número de pessoas trabalhando; temos entrevistado gente que trabalhou lá e que era moderada, gente que era dura, mas CISA e Cenimar¹², até hoje nós não sabemos como é que funcionava. Não sabemos se era coisa de 20, duzentas ou 20 mil pessoas – estou exagerando. Com quem o senhor nos recomendaria que falássemos, para entender como é que funcionavam os órgãos de segurança da Aeronáutica? Tem alguém que o senhor possa recomendar, que seja ponderada?

D.S. - Vocês precisam de alguém que tenha trabalhado no CISA. De pronto, não me lembro. Um que trabalhou lá no meu tempo, na direção, já faleceu.

G.S. - O CISA era vinculado ao A-2¹³?

D.S. - Não. O CISA era vinculado diretamente ao gabinete do ministro.

G.S. - Igual ao CIE.

¹¹ Centro de Informações do Exército.

¹² Centro de Informações da Marinha.

¹³ Serviço Secreto da Aeronáutica.

D.S. - É. Exato. Isso eu me lembro. E sempre foi assim. No meu tempo, não me recordo de alguém que lá trabalhasse; no tempo que pertenci ao gabinete lembro-me muito desse de quem já lhe falei e que é falecido. Mas este já foi mais tarde, quando eu já estava no Tribunal. Mas isso é fácil de saber. Hoje, porém, acho que o órgão nem existe mais, não é?

M.A. - Formalmente, existe.

D.S. - Formalmente existe? Então, é fácil de saber.

G.S. - Mas as funções são muito diferentes, é tudo muito reduzido. Não tem nada que ver com o que era antes.

D.S. - Mas eu vou procurar saber de alguém daquela época, do CISA, que o senhor possa entrevistar. Não tem problema.

M.A. - O senhor falou uma coisa que eu fiquei curiosa. O senhor disse que há uma preocupação se os militares podem voltar ou não podem voltar. O que é que o senhor acha?

D.S. - O que acho é que o futuro é muito incerto. Por isto, preocupa-me o ato do presidente Castelo Branco reduzindo a liderança militar. Teria sido na hora certa, ou não? Tomara que tenha. Só o futuro vai dizer.

M.A. - Mas o senhor acha que há militares no Brasil hoje que têm a perspectiva de retornar ao poder?

D.S. - Hoje, não. Digo com sinceridade. Hoje os militares só retomarão o poder no caso de uma convulsão nacional, uma revolução muito séria. Mas, por iniciativa deles, acho muito difícil. Muito difícil. Por isto, penso se teria sido oportuna a medida do presidente Castelo. Vamos ver. O futuro dirá.

G.S. - Mas isso vai manter lideranças militares, político-militares, digamos assim...

D.S. - Político-militar poderá. Democracia é isso, é um estado de turbulência. O pessoal às vezes se assusta com a democracia, mas ela é isso, é movimento resultante do confronto de idéias. Daí surgem os líderes civis. De modo que só o tempo dirá se podemos ou não dispensar as lideranças militares no campo político, porque sem líderes não há nação que sobreviva.

M.A. - Com o que os militares se preocupam hoje? Transamazônica...

D.S. - Não, o grande problema hoje é a Amazônia. Aquilo lá é um mundo. Muito apetitoso. Os interesses são muito grandes.

M.A. - É. Uma questão de segurança muito grande.

D.S. - Muito grande.

G.S. - E o nosso inimigo geopolítico tradicional está... Estamos de irmãos com ele, não é. A Argentina.

D.S. - É. Estamos de mãos dadas com os lá de baixo. Todo o Cone Sul está muito bem estabelecido, não há preocupação nenhuma.

M.A. - O narcotráfico ainda não entrou aqui...

G.S. - Essa é uma pergunta que eu queria lhe fazer.

[FINAL DA FITA 2-B]

G.S. - Como é que as forças armadas brasileiras, na sua leitura, lêem ou não a participação no movimento de combate às drogas? Mas não combate urbano, no sentido de ir lá no morro e prender o traficante, mas de impedir a entrada, que muitas vezes é aérea, outras vezes é terrestre.

D.S. - Eu acho que as forças armadas têm se preocupado mais com o problema da fronteira. Violação da mesma. Quanto ao problema da droga no Brasil, elas ainda não se

preocuparam tanto. Não chegamos ainda ao problema que o americano tem, pois lá a droga já compromete um pouco a segurança nacional. A droga pode ter influência até no psíquico do povo de uma maneira geral. Mas no Brasil, nós não temos esse problema. Primeiro, porque o nosso povo não tem muito poder aquisitivo para estar comprando droga aí à vontade. O americano é um pouco diferente, o problema lá é um pouco diferente do daqui, pois pode afetar o campo psico-social. Por enquanto, ainda não temos esse tipo de problema para nos preocupar. A não ser a violação das fronteiras, que é o mais sério no momento.

G.S. - E um problema – não sei se isso está sendo discutido ou não – é a formação de grupos criminosos com grande poder econômico.

D.S. - Ah, bom. Isso é um perigo que já começa a preocupar as forças armadas, haja vista a quantidade de armamento sofisticado encontrado nos últimos confrontos da polícia com os traficantes.

M.A. - Salários...

D.S. - De um modo geral o problema da inflação. Poderão estourar manifestações e anarquia em determinados pontos. Essas coisas começam a preocupar. Mas é o mundo de hoje.

G.S. - Brigadeiro, nós já aprendemos bastante...

M.A. - Ferdinando Muniz não era da Aeronáutica?

D.S. - Ferdinando Muniz...? Esse nome não me é estranho.

M.A. - Do CISA.

D.S. - Ah, ele foi do CISA... Muniz. Sei quem é. Foi do CISA e é boa gente.

M.A. - O senhor não tem contato com ele, não?

D.S. - Não. Há muito tempo não o vejo.

M.A. - Esse é duro, não é?

D.S. - É. Linha dura é maneira de dizer. Ele era executante, um homem de combate.

M.A. - Ele era executante. Exatamente.

G.S. - Se o senhor nos conseguir alguém que possa nos dizer como é que funcionava o CISA... Senão nós vamos escrever um livro que não tem nenhuma linha a respeito.

D.S. - Vou procurar saber. É só recordar um pouco. Já faz tempo. Assim não me lembro. Esse que eu conheci, e era muito bom, já se foi.

G.S. - O senhor deve ter andado muito de C-47, não é?

D.S. - Muito. Eu trouxe o primeiro da força aérea que veio para o Brasil. Trouxe da América. De San Antonio, no Texas.

G.S. - Minha primeira viagem de avião foi num C-47. Até hoje aquelas coisas estão andando pelo mundo afora.

D.S. - Era um grande avião. Grande, pelo que podia fazer e pelo muito que fez pelo nosso país.

[FINAL DO DEPOIMENTO]*

* A fita 3-A não foi gravada integralmente.